

A NATUREZA NAS “ONDAS” DO TURISMO: UMA LEITURA A PARTIR DO ARQUIPÉLAGO DE TINHARÉ (BAHIA/BRASIL)*

Julien Marius Reis THÉVENIN**

Celso Donizete LOCATEL***

Resumo: A paisagem “natural” transformada em mercadoria, enquanto atrativo turístico, é consumida à medida que se reproduz o espaço. Ampliada por esse consumo, a degradação da natureza conduz ao fim dessa mercadoria, desvendando um dos mais contraditórios e preocupantes fardos da economia capitalista, a sua insustentabilidade. Ao analisar o arquipélago de Tinharé, que se encontra inserido neste processo, a partir de entrevistas juntamente com observações de campo (apoiadas por diálogos informais e pesquisa fotográfica) e revisão bibliográfica, observa-se que, com a instalação da economia turística, há uma aceleração da reprodução do lugar sob os moldes da sociedade urbano-industrial. Os valores que deram suporte ao turismo por sua escassez (belezas naturais, tranquilidade, cultura nativa), rapidamente passam a ser substituídos pelas contradições produzidas pelo sistema social e negadas pela sociedade urbana, gerando uma grande desvalorização do lugar e do próprio capital fixo. Diante disto os investidores de capital procuram um espaço novo para acumulação e manutenção do lucro, seja esse no mesmo lugar ou se deslocando para outros.

Palavras-chave: turismo, consumo, espaço, natureza, Tinharé

LA NATURALEZA EN “OLAS” DE TURISMO: UNA LECTURA PARTIENDO DEL ARCHIPIÉLAGO DE TINHARÉ (BAHIA-BRASIL)

Resumen: El paisaje "natural" transformado en mercancía como atracción turística, se consume al mismo tiempo que se reproduce el espacio. Reforzada por su uso, la degradación de la naturaleza conduce al término de la mercancía, desvelando una de las cargas más contradictorias y preocupantes de la economía capitalista, su insostenibilidad. Al analizar el Archipiélago de Tinharé, que se inserta en este proceso, a partir de entrevistas con las observaciones de campo (con el apoyo de diálogos informales y la investigación fotográfica) y revisión de la literatura, se observa que con la instalación de la economía turística, hay una aceleración de La reproducción del lugar bajo los términos de la sociedad urbano-industrial. Los valores que dieron apoyo al turismo, debido a su escasez (belleza natural, la tranquilidad, la cultura nativa), están siendo rápidamente sustituidas por las contradicciones sociales y negado por la sociedad urbana, generando una gran devaluación del lugar y del propio capital fijo. Frente a eso los inversores de capital en busca de un nuevo espacio para la acumulación y mantenimiento de los beneficios, ya sea en el mismo lugar o trasladandolo para otros.

Palabras clave: turismo, consumo, espacio, naturaleza, Tinharé

THE NATURE IN THE “WAVES” OF TOURISM: A LECTURE BASED ON THE ARCHIPELAGO OF TINHARÉ (BAHIA-BRASIL)

Abstract: While a tourist attraction, the “natural” scenery transformed in merchandise is consumed as space is reproduced. Increased by this consumption, the degradation of nature leads to the scarcity of this merchandise, revealing one of the most contradictory and worrying burdens of the capitalist economy, its unsustainability. Analyzing the archipelago of Tinharé, which is inserted in this process, based on interviews with field observations (assisted by informal dialogues and photographic research) and literature review, it is observed that with the installation of the tourist economy, there is an acceleration in the reproduction of places according to those of the urban-industrial society. The values that gave tourism its support for their scarcity (natural beauty, tranquility, native culture), are quickly replaced by contradictions produced by the social system and neglected by the urban society, generating a great decrease in value of the place and of the fixed capital itself. Before this, capital investors search for a new space to accumulate and maintain profits, whether it be in the same place or moving to another.

Key words: tourism, consumption, space, nature, Tinharé

* Artigo resultante da dissertação de mestrado intitulada “Mercantilização do espaço rural pelo turismo: uma leitura a partir do município de Cairu-BA”, desenvolvida no Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristovão-SE, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

** Doutorando Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus Presidente Prudente, julienreis@gmail.com.

*** Prof. Dr. Departamento de Geografia da UFRN, celso.locatel@gmail.com.

1. Introdução

Numa sociedade que tem em seu padrão de desenvolvimento a vida urbana, atrelada a uma série de desigualdades, contradições, rotinas frenéticas de trabalho e ausência do natural, pequenas localidades situadas no espaço rural, de expressiva beleza natural, têm sido transformadas rapidamente em destinos turísticos. Esse movimento, regido pelo mercado, tem atraído fluxos de pessoas e de capital à espaços rurais tradicionais que, até então, se encontravam à “margem” da economia mundial. Com o apoio do Estado, esse processo tem gerado uma reconfiguração socioespacial em locais isolados do litoral brasileiro, com destaque para o Nordeste do país.

Este estudo se estrutura a partir da leitura de lugares onde o caráter rural (de povoado de pescador) contribuiu durante séculos para a manutenção das belezas naturais e das tradições culturais. Entendendo-se que é nesse espaço litorâneo, onde se conservou o modo de vida rural, que está apoiada grande parte do *marketing* turístico, com vistas à formação de um imaginário social e é onde a interação entre as principais forças produtoras do espaço, na sociedade atual, tem acelerado a dinâmica de reprodução de cada um destes lugares, pela promoção turística, de acordo com uma lógica global estabelecida.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho foi analisar as transformações socioespaciais ocorridas no arquipélago de Tinharé, a partir do desenvolvimento da atividade turística. Tal análise não se constitui numa leitura isolada do recorte espacial e nem da própria atividade turística, pois busca em um esforço dialético compreender o fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos em um movimento universal, a partir da unidade dos contrários.

O arquipélago de Tinharé, que compõe o município insular de Cairu, localizado no litoral Baiano, foi escolhido como recorte espacial por abrigar um conjunto de características comuns ao turismo no litoral nordestino, o que foi de fundamental importância para a pesquisa realizada. Além da existência, em seu espaço rural, de antigos povoados de pescadores, que hoje se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento da atividade turística, há também alguns em avançado processo de urbanização, com destaque para Morro de São Paulo, que está entre os principais destinos de atração turística da Bahia.

Para dar conta do objetivo proposto, por esta pesquisa, foram realizadas trinta e duas entrevistas, distribuídas conforme o nível de complexidade e desenvolvimento do turismo em cada localidade analisada. As entrevistas foram realizadas com pessoas nativas que vivenciaram o início do processo de crescimento da atividade turística local; com empresários que investem neste setor da economia local; com representantes do poder público que estão diretamente vinculados a políticas de “desenvolvimento” do turismo e/ou à infraestrutura de base nos locais onde o turismo se desenvolve no município; e com representantes de duas associações de moradores e uma associação de caráter socioambiental, sendo elas a Associação de Moradores e Amigos de Boipeba (AMABO), a Associação dos Moradores e Amigos de Garapuá (AMAGA), e a Associação Ambientalista Baiacu de Espinhos (AABBE) sediada em Morro de São Paulo.

A quantidade de entrevistas aplicadas em cada localidade e aos diferentes grupos da sociedade local foi definida segundo critério de repetição, ou seja, quando as informações começavam a serem repetitivas

cessavam-se as entrevistas na localidade e/ou no grupo local. Essas entrevistas juntamente com observações de campo (apoiadas por diálogos informais e pesquisa fotográfica) e revisão bibliográfica constituíram os procedimentos metodológicos deste estudo. O qual analisou o turismo, como etapa na acumulação ampliada do capital, tendo como eixo principal a mercantilização da necessidade de retorno a natureza associada à busca do lazer. Nesse contexto, a paisagem “natural” é vendida como mercadoria a ser consumida, tanto pela iniciativa privada quanto pública.

Vale esclarecer que o uso do termo paisagem natural se dá neste estudo enquanto recurso analítico da mercantilização ao direito de contemplação da natureza. Já que, segundo Santos (1988) a divisão dos tipos de paisagem, proposta por Carl Sauer, em natural (aquela que não foi mudada pela ação humana) e artificial (transformada pelo homem) já não convém para os dias atuais, pois hoje a modalidade de paisagem natural praticamente não existe mais. Para o autor se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, o mesmo, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social. É importante também destacar que não serão tratadas especificamente as formas ditas alternativas de turismo (ecoturismo ou turismo rural) no arquipélago de Tinharé, mas sim aquele modelo, classificado pelos turismólogos como modelo de sol e praia. Para Deprest (1997), apesar de nos dias atuais ser comum a distinção entre um turismo de massa e um turismo de elite (ecológico, cultural, de aventura, científico etc.), considerando-se o turismo como fenômeno de consumo em massa, as formas alternativas não são mais que diversificações mercadológicas para garantir um amplo leque de consumidores. Neste sentido considera-se o espaço rural litorâneo um dos principais alvos desse consumo turístico, onde a venda da paisagem induz, não só o consumo da mesma pela contemplação, mas o consumo e a reprodução do próprio espaço.

1.1. Área de estudo

A atividade turística começou a se estabelecer em Cairu no final da década de 1970, quando o arquipélago foi descoberto por *hippies* de diversos lugares do mundo que, junto com os veranistas, divulgavam as belezas do lugar. Esse fato, apoiado pelo crescimento da atividade turística no mundo e pela visibilidade que a atividade passava a alcançar junto a planejamentos governamentais, com destaque na política de desenvolvimento do Nordeste, fez com que posteriormente o lugar se tornasse um dos pólos turísticos baianos. A partir da década de 1980, a atividade turística tem se desenvolvido com muita força, principalmente em Morro de São Paulo (Ilha de Tinharé) e na Velha Boipeba (Ilha de Boipeba), atraindo grande quantidade de turistas, veranistas e investidores, além de um grande contingente de pessoas em busca de trabalho. O principal atrativo turístico local, a paisagem, se destaca pela sua expressiva beleza natural, na forma de floresta ombrófila densa, recifes de corais, restinga, extensos manguezais, praias paradisíacas.

Na década de 1990, com a intensificação da atividade turística, seus impactos começam a ser percebidos no local, é quando a ideia de desenvolvimento sustentável, atrelado à criação de unidades de conservação se expande pelo mundo. Nesse contexto, cria-se por meio do Decreto Estadual nº 1.240, de 05

de junho de 1992, a Área de Proteção Ambiental (APA) das ilhas de Tinharé e Boipeba, tendo como entidade administradora o Centro de Recursos Ambientais (CRA).

O município de Cairu pertence à microrregião de Valença, na Bahia, e é composto por 26 ilhas, dentre elas três maiores e povoadas, a ilha de Cairu, a ilha de Tinharé e a ilha de Boipeba, formando uma área de 451 km². Marcado pela complexidade de seus estuários, localiza-se entre a desembocadura do rio dos Patos, o canal de Taperoá e o oceano Atlântico. Apesar da quantidade de povoados, vilas e distritos o município, no ano de 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com uma população de apenas 15.374 habitantes. Devido ao crescimento da atividade turística não se estender por todo município, os locais onde foram realizadas as pesquisas de campo restringiram-se a Gamboa, Morro de São Paulo, Garapuá e Boipeba (Figura 1).

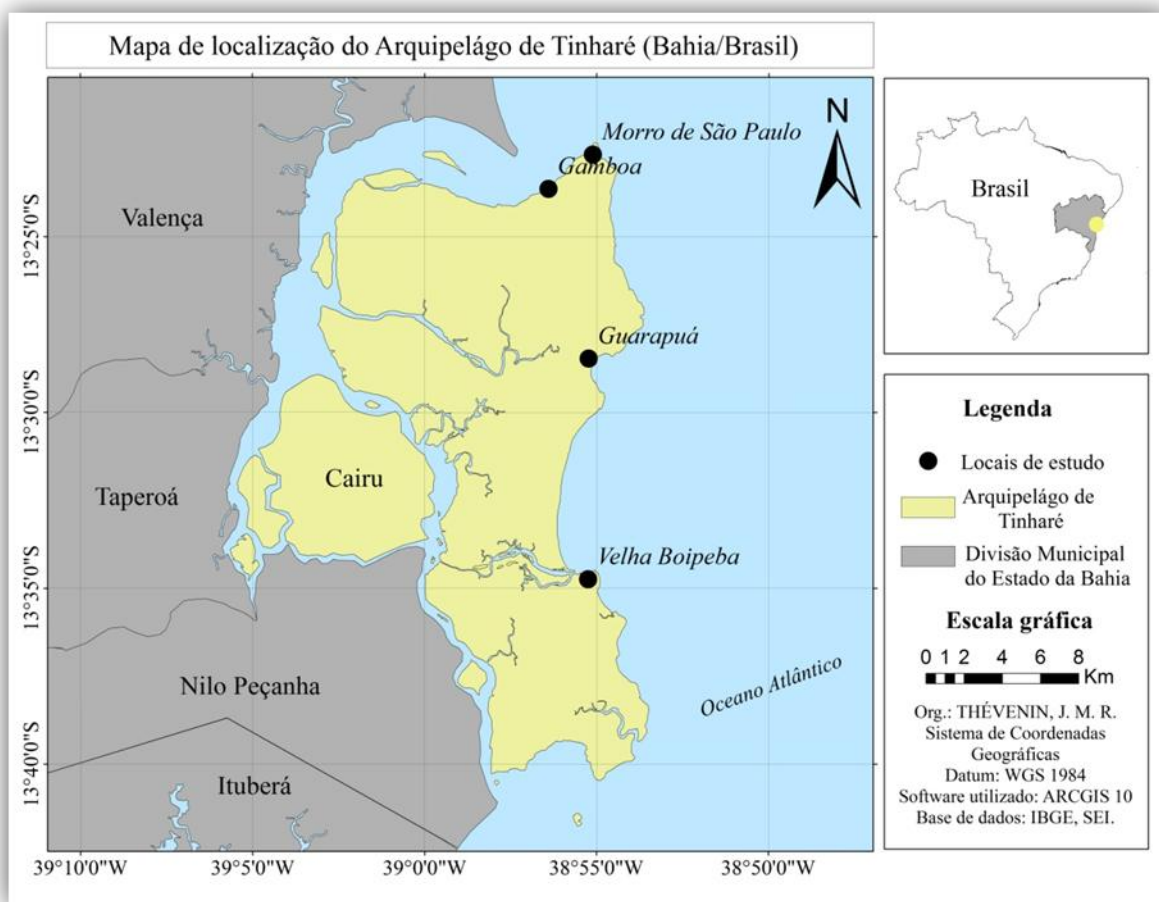


Figura 1: Mapa de localização geográfica da área de estudo.

Segundo Virgens (2010), apesar de não existirem estatísticas atualizadas da Secretaria de Turismo do Estado sobre o fluxo turístico no município, diversos argumentos comprovam que Cairu é um dos maiores destinos turísticos do estado em termos quantitativos. Dentre os argumentos apontados pela autora estão: estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que aponta Cairu como o quarto maior destino receptor do Turismo Internacional na Bahia, atrás apenas de Salvador, Porto Seguro e Mata de São João; a integração do município de Cairu, desde 2009, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cidades históricas; o número considerável de

projetos governamentais que estão em execução especificamente em Cairu, com destaque ao projeto de “requalificação urbanística de Morro de São Paulo”, no qual estão sendo investidos R\$ 3,2 milhões, financiados com recursos do Prodetur e executados pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder); e o fato de Cairu concentrar 5% do total dos meios de hospedagem existentes entre os 417 municípios da Bahia, conforme apontam dados da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), que variam dos hotéis econômicos aos *resorts*, o que demonstra uma alta capacidade de receber turistas.

Segundo dados do IBGE (2010) no município de Cairu há 394 empresas cadastradas, considerando todos os setores da economia local, sendo 1.493 pessoas ocupadas assalariadas com um salário médio mensal de 1,4 salários mínimos. Em Morro de São Paulo foram catalogados 128 meios de hospedagem, desde os mais econômicos como os albergues da juventude até os *resorts*, 34 barracas de praia, 44 bares e restaurantes, 61 lojas, 13 empresas de prestação de serviços, 3 imobiliárias, 8 *lan houses*, 18 agências de turismo, 11 empresas de lazer e entretenimento e 10 mercados e mini-mercados, de acordo com um levantamento realizado pelo do Conselho de Administração Participativa (CAP) em 2008 (VIRGENS, 2010).

Já no relatório Cairu 2030 (BID, 2006) consta que a taxa média de ocupação hoteleira, no município de Cairu, esteve entre 52,5% e 65%, com alta variação ao ano, devido à sazonalidade, chegando entre 80% e 95% de ocupação nos meses de janeiro a março (período de maior ocupação), e de apenas 20% e 25% nos meses de maio e junho (período de menor ocupação). Estima-se, neste estudo, que o número de hóspedes está em torno de 776 mil e 952 mil turistas por ano, considerando o número de pernoites, e sem levar em conta os veranistas, os quais são definidos no relatório como aqueles que pernoitam em casa própria ou alugada. O estudo ainda mostra que turistas nacionais não permanecem mais que 5 noites em média no município, enquanto que para os estrangeiros esta média pode ir até 9 noites. Segundo o mesmo, há uma predominância excessiva dos turistas nacionais (em média, entre 85% à 90%), a maior parte deles provenientes de estados e cidades próximas, com grande destaque para a população de Salvador. Entre os turistas estrangeiros predominam os Portugueses, Alemães e Italianos os quais procuram meios de alojamento qualificados, principalmente no Morro de São Paulo e em Boipeba.

Virgens (2010) constata que, no município de Cairu, quanto mais tempo se desenvolve o turismo em uma localidade e quanto maior o fluxo turístico, maior tem sido o número de agentes extralocais em todas as atividades, sejam elas hegemônicas ou hegemonzadas. Tal constatação é coerente com estatísticas da contagem populacional do IBGE (2007), as quais mostram que 7,2% da população de todo o município é composta por migrantes, sendo Morro de São Paulo (local de maior fluxo turístico, onde o turismo tem o maior tempo de desenvolvimento) o lugar onde vive a grande maioria deles (83,9%).

2. O turismo como mecanismo da apropriação da natureza

Embora existam diferentes formas da sociedade conceber a natureza e com ela se relacionar, neste estudo, parte-se do princípio que a humanidade é parte da natureza, embora, em muitos momentos, exerça suas ações de forma inconsciente dessa unicidade. Como exemplo desta afirmação está o modo imediatista de seus atos na forma do consumismo e da cobiça pelo lucro que rompe com o delicado equilíbrio natural em que toda sociedade encontra-se inserida. Apesar da apropriação e produção da natureza serem necessárias para a sobrevivência humana, a limitação por parte da sociedade de se enxergar na natureza e de perceber e respeitar leis naturais, que são inerentes à vontade social, ampliou uma forma de relação com a natureza, onde ela é vista como algo apenas exterior a ser apropriada e dominada indiscriminadamente pelo homem para produção de mercadorias.

Como produto dessa relação inconsciente e inconsequente, a sociedade capitalista tem acelerado a produção da escassez da natureza, que, associada aos desequilíbrios ambientais provocados, ameaça a própria sobrevivência humana.

Esta visão limitadamente externa da natureza existe desde tempos remotos, no entanto é no pensamento ocidental, consolidado na Europa, que esta toma maior amplitude. Desse modo, com o desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade passa a predominar sobre a natureza externa, apropriando-se da forma mais devastadora possível. Para Smith (1984, p. 94), “a produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro”. Assim, ao percorrer o mundo o capital estabelece preço em tudo que “vê” determinando o destino da natureza.

No desdobramento dessa relação, a sociedade tem se afastado cada vez mais da natureza, desconhecendo sua própria natureza, à medida que torna dicotômica a relação intrínseca entre homem-natureza. Surge a necessidade do reencontro com a natureza, sendo essa, por vezes, real e, por vezes, uma apropriação ideológica do mercado, na indução de novas necessidades de consumo, para a acumulação ampliada do capital. Segundo Smith (1984, p. 27), “a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto o intelectual da natureza”. O desenvolvimento, enquanto síntese do projeto civilizatório, é também o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Pois, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria (GONÇALVES, 2006).

Assim como a escassez de um produto lhe agrega valor na sociedade capitalista, a escassez de paisagens “naturais” constitui novas áreas de reserva de valor que deverão ser consumidas pela turistificação dos lugares. Para Gonçalves (2004) é no fundamento da relação da sociedade com a natureza, baseada na separação – que sob o capitalismo torna-se a mais radical possível – entre ser humano, de um lado, e a natureza, de outro, onde tem origem sua escassez. “O princípio da escassez,

assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais” (GONÇALVES, 2004, p. 67).

Com a degradação da natureza, principalmente para fins de acúmulo de capital, a ideia de “conservação” da mesma aparece não só como uma necessidade de sobrevivência humana, mas como etapa na expansão e acumulação do mesmo, pois sua escassez lhe aderiu um novo valor, o do “consumo da paisagem”. Para Rodrigues (1997, p. 30), em estudos sobre o turismo, “tudo parece ter sido meticulosamente arquitetado com séculos de antecipação. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade de retorno à natureza”. Necessidade essa propagada e apropriada pelo mercado de consumo, que para manter seu metabolismo transforma tudo em mercadoria.

Oliveira (2001), ao analisar a transformação do tempo livre em negócio, aponta para o que Lefebvre chama de emergência das novas raridades (a luz, o ar, o espaço e o próprio tempo); pois a produção industrial transformou a oferta de bens anteriormente raros em abundantes, à custa da degradação dos recursos naturais. O que era abundante torna-se raridade e entra no circuito das carências tão necessárias à economia, por isso objeto de estratégias governamentais e privadas. Observa que o espaço é uma destas raridades, especialmente se acompanhado de atributos como “natural”, “rural”, “verde”, “conservado” etc. Nesse sentido, a natureza torna-se algo raro a ser contemplado pela sua beleza singular, não somente por sua escassez, pois quanto mais peculiar seus atributos maior sua valorização.

O desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional tem propiciado um maior fluxo de pessoas e tem reforçado, no inconsciente coletivo, a necessidade de retorno à natureza, a qual se torna mercadoria a ser consumida pela contemplação, como forma induzida de lazer na sociedade moderna. Para Silveira (2000, p. 37), “o lugar turístico torna-se um produto da ciência e da tecnologia, com um conteúdo informacional e ideológico, que é capitalisticamente comercializado”.

Vale ressaltar que o consumo físico e mental da natureza não se dá de maneira igualitária, em geral, quanto maior a apropriação e consumo físico, maior o intelectual. Ou seja, de acordo com Smith (1984), inerente à produção capitalista da natureza está o processo e o padrão de desenvolvimento desigual. O desenvolvimento desigual é tanto produto de uma apropriação desigual da natureza, quanto produz uma apropriação desigual. Embora a paisagem seja objeto do consumo intelectual da natureza, é no espaço que se dá o consumo físico, reproduzindo o espaço e remodelando a própria paisagem.

Com a natureza revalorizada para ser consumida pela contemplação, a sociedade urbana volta-se ao espaço rural, principalmente litorâneo, dessa vez não para extrair do solo, das águas e das matas recursos para a reprodução social, mas para o consumo desse espaço, reproduzindo-o conforme seus padrões de vida.

3. O fim da paisagem “natural” e a economia do imediato

Em inúmeros casos da territorialização do turismo litorâneo, a paisagem “natural”, como será visto a seguir, aos poucos é substituída por uma paisagem artificializada, através do processo de urbanização desenfreado que, sob a égide do sistema capitalista, reproduz as mazelas urbanas, aspecto comum do cotidiano das cidades, das quais tenta escapar o turista. Para Rodrigues (2002, p. 61) “este ‘tipo’ de consumo deveria não ser ‘destrutivo’”. Deveria “preservar, conservar” a mercadoria que deu origem à atividade. Porém, contraditoriamente, destrói as condições que deram origem a esta mercantilização.

As infraestruturas e serviços que se instalam no lugar, a partir de uma demanda homogeneizadora urbana, propiciam aos turistas um tipo de consumo do qual já estão dependentes. A paisagem “natural”, atrativo principal, é transformada e sacrificada para não apenas ser consumida por observadores, mas para o consumo do espaço. Assim, extrai-se do espaço tudo que dele pode ser consumido e são criadas as modernas e padronizadas estruturas de consumo, típicas da sociedade capitalista. Esse processo também é constatado por Rodrigues (2002, p. 62), quando a autora afirma que “a ideia de ‘volta’ à natureza, de considerar o campo (ou a praia) bom em relação à cidade é destruída com a ideia do progresso, de que se quer a mesma vida da cidade no campo ou na praia. Se quer a mesma infraestrutura quando se busca o contato com o chão, com o sol, ou com a neve”.

No caso de Morro de São Paulo, onde o desenvolvimento do turismo encontra-se em estágio mais avançado no arquipélago de Tinharé, é possível ver na paisagem algumas dessas transformações. À medida que se amplia o impacto ambiental e social do turismo no lugar, fomenta-se uma série de repercussões negativas que vão de encontro à própria propaganda que é usada para a atração turística. Alguns dos empresários em Morro já percebem esse refluxo, principalmente, quanto aos clientes de maior poder aquisitivo. Essa informação foi confirmada em entrevista concedida por um empresário local, quando o mesmo afirma que os turistas de maior poder aquisitivo, para ele chamado de turistas “AA” querem ver preservação ambiental, justiça social, e a cultura local. Além desses aspectos, o mesmo afirma que o contrário disso depõe contra o turismo que se almeja para a localidade de Morro de São Paulo.

Assim, na concepção de empresários locais, verifica-se que quem tem poder aquisitivo almeja o “paraíso”, pois foge das calamidades que são socialmente reproduzidas. No entanto, aonde chegam os interesses econômicos, reproduz-se a vida urbana que, sob a lógica do capital, tem sido oposição à justiça social, à preservação da natureza e da cultura local. À medida que o capital se expande, reproduz uma paisagem urbana, com ausência da paisagem natural, dividida desigualmente entre ricos e pobres, onde todas as contradições e conflitos se encontram.

Essas transformações na paisagem de Morro de São Paulo podem ser melhor visualizadas através das fotografias a seguir (Figura 2, 3 e 4). A primeira fotografia, que é da época em que se

inicia a atividade turística nessa localidade, quando comparada com a segunda fotografia nos permite observar que poucas foram às alterações ocorridas nos primeiros 25 anos do uso dessa porção do território para o turismo, nas Primeira e Segunda praias de Morro de São Paulo. Neste período, nada se construiu nas Segunda e Terceira praias, as quais guardaram aquilo que viria a ser o seu maior valor econômico, a beleza natural. Ainda neste período, vê-se que, na Primeira praia, há um crescimento próximo à encosta, de casas de veraneio, época em que surgiam as primeiras pousadas.



Figura 2: Primeira, Segunda e Terceira praias de Morro de São Paulo vistas do farol do morro em 1963.

Fonte: Acervo pessoal – Autor desconhecido.



Figura 3: Foto tirada sob mesmo ângulo da foto anterior 25 anos depois, 1988.
Fonte: Acervo pessoal - Autor Jean-Claude Thévenin, 1988.



Figura 4: Foto tirada sob mesmo ângulo da foto anterior 20 anos depois, 2008.
Fonte: Pesquisa de campo, abril/2008.

Nos 20 anos subsequentes, com o crescimento do turismo, percebe-se uma aceleração das transformações espaciais, na Primeira praia ocupações (principalmente pousadas, restaurantes, agências de turismo e lojas) se aglomeram na encosta do morro onde fica o Campo da Mangaba (área de recente urbanização periférica). Um cabo de aço passa a atravessar a Primeira praia, o qual compõe a tirolesa, uma das atividades recreativas voltadas para o turismo no lugar, de posse de empreendedores locais. Merece destaque ainda, na fotografia de 2008, em sua extremidade inferior, à direita, o riacho da Biquinha, hoje transformado em um esgoto que percorre a praia e deságua no mar. Além do dano socioambiental provocado, isto demonstra o destino que têm recebido alguns rios, lagoas ou aquíferos nessa Área de Proteção Ambiental. Em entrevista uma moradora nativa afirma que “As construções desordenadas foram estragando, foram poluindo, foram degradando tudo. Por exemplo, nós tínhamos uma lagoa que produzia água potável, [...] hoje a lagoa está reduzida a um depósito de detritos. Era uma lagoa que tinha jacaré, tinha peixe, tinha tudo”.

A Segunda e a Terceira praias também tiveram grande desvalorização de sua paisagem, com a ocupação desenfreada (Figura 5 e 6). Entre as construções há pousadas, hotéis, bares, restaurantes, e os mais diversos tipos de comércio. Os empreendimentos mais próximos à praia demonstram um maior investimento, e conseqüentemente preços mais elevados. Por trás desses empreendimentos também tem crescido, entre becós e vielas, o número de ocupações por moradores de menor poder aquisitivo, que se instalam em busca de trabalho.



Figura 5: Segunda praia de Morro de São Paulo em 2008.

Fonte: Pesquisa de Campo, jun/2008.

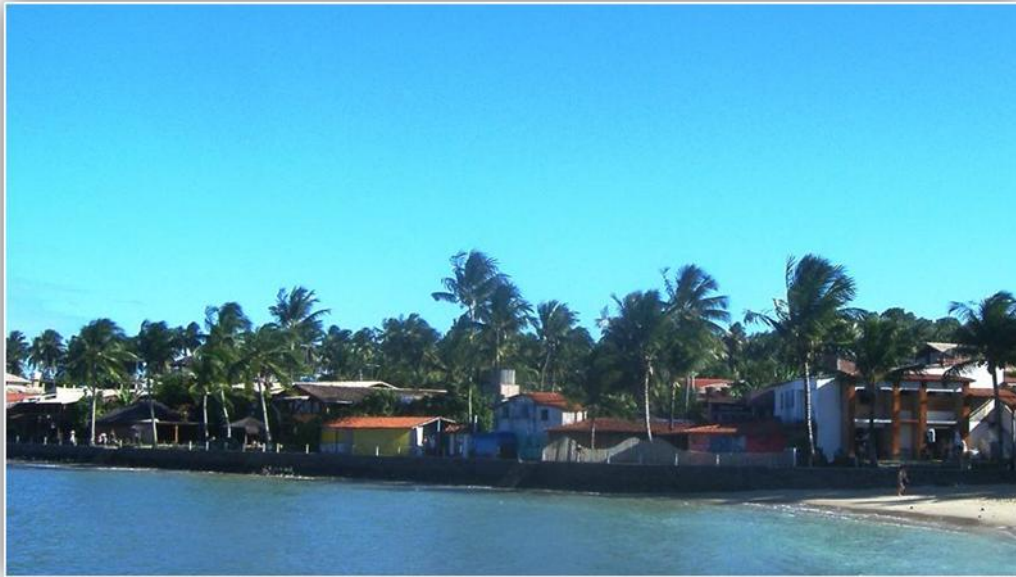


Figura 6: Terceira praia de Morro de São Paulo em 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, jun/2008.

Na Figura 6, observam-se construções irregulares que, juntas a um muro de contenção, alteraram uma paisagem que possuía expressiva beleza natural. No zoneamento da APA, essa área se insere numa Zona de Orla Marítima, correspondendo à faixa de proteção de 60 metros contados a partir da linha de preamar máxima, incluindo terrenos da marinha e desembocadura dos principais rios. Os marcos legais de proteção dessas áreas são compostos pela Constituição do Estado da Bahia, art. 214 inciso IX e Lei Federal nº 7661/88, art. 10, onde são permitidos apenas visitação contemplativa, atividades de apoio ao turismo e ao lazer (esporte de praia e banho) e a pesca artesanal. Segundo essa Lei, não deverá haver nessa área arruamentos, tráfego de veículos, construção de edificações em caráter permanente, ou qualquer forma de uso do solo que impeça ou dificulte o acesso público ao mar (CONDER, 1998). Diante de contradições como essa, um pequeno empreendedor de Morro de São Paulo afirma que

[...] a lei existe, mas no dia-dia não tem proteção ambiental nenhuma, as áreas continuam sendo invadidas, as APPs que são as áreas de proteção permanente, continuam casas sendo construídas dentro da arrebentação do mar digamos assim. O mar ta avançando, a terceira praia no passado existia, já não existe mais. É uma praia de passagem hoje, porque construíram um monte de pousadas, um monte de residências em cima da área de APP. É isso que acontece a APA ela existe de direito, mas no dia-dia não existe APA nenhuma. Por quê? Porque não existe fiscalização.

Segundo Furlan (1997) um dos problemas que se tem enfrentado na formulação de estratégias conservacionistas para ilhas é a precária implantação das APAs. A autora ainda afirma que é frequente a realidade atropelar o plano e que, na verdade, os instrumentos acabam consagrando a ocupação

predatória como, por exemplo, no turismo. De acordo com alguns entrevistados, mesmo 18 anos após sua criação, a população da área de estudo pouco tem conhecimento do que se trata a APA; alguns nem mesmo sabem o que significa ou que estão inseridos numa; outros acham tudo isso uma grande piada. O poder municipal não tem aderido às leis e ao planejamento ambiental proposto pelo governo do Estado, alegando defasagem no Plano de Manejo. Por outro lado, o governo do Estado junto com o governo federal não tem realizado um trabalho e uma fiscalização regular e efetiva.

Além das múltiplas ocupações irregulares em áreas de risco e de preservação permanente, principalmente nos locais onde o turismo se desenvolve com mais força no arquipélago, outros significativos danos ambientais têm acontecido. Dentre eles a retirada de areia para a construção civil tem crescido enormemente em áreas inadequadas e sem autorização de órgãos responsáveis. Outra ilegalidade é a retirada de madeira de árvores como Sucupira, Sibipiruna, Jataípeba, Olandi, Pau-rocho e Cedro em fragmentos da Mata Atlântica, que é feita regularmente também em função da construção civil crescente no local, dos fornos à lenha de pizzarias, ou mesmo para a construção de cercas. Segundo relatos de uma ambientalista que atua na região, no arquipélago de Tinharé, também acontecem casos de grandes retiradas de madeiras que são transportadas e vendidas ilegalmente nas madeireiras de cidades vizinhas. Quando informadas com antecedência, grupos de proteção ambiental que atuam na região podem acionar e pagar a vinda dos órgãos de fiscalização competentes: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA); Centro de Recursos Ambientais (CRA); Companhia de Proteção Ambiental da Polícia Militar (COPA) que juntos fazem a apreensão.

De acordo com o ambientalista, os segmentos da sociedade organizada e as ONGs tem exercido pressão sobre os órgãos de fiscalização, mas devido a falta de recursos destinados por parte do governo federal para as ações no local, pouca coisa tem sido feita para se cumprir a legislação vigente.

O descaso do poder público, com essa Área de Proteção Ambiental, também pode ser visto em outros impactos ambientais como no aumento e destinação da produção de lixo e esgoto, ampliado na alta estação. Os recursos hídricos e marinhos estão entre os mais agredidos, pois a maioria dos lixões fica a céu aberto e em áreas impróprias. Essa destinação do lixo, junto à falta de saneamento básico e tratamento de esgoto, têm poluído os rios que deságuam em praias ainda muito utilizadas por turistas e moradores, além de lagoas como a lagoa do Morro da Mangaba que, além de poluída, sofre com o assoreamento, conforme expõe Pita (2009), em notícia no jornal a Tarde. Alguns desses problemas podem ser observados também em trecho de entrevista realizada:

Aqui só existe um lençol freático, e está em estado terminal, porque existe um lixão que é jogado a céu aberto dentro de uma floresta linda e maravilhosa, bem perto de um riacho, aonde esse riacho vai para a Gamboa, aonde ele termina num local, aonde é captada a água pela Embasa, depois ela é tratada e servida aqui para nós. É um lixão terrível, onde o churume está invadindo todo o lençol freático, além de o churume, o próprio lixo está literalmente dentro do rio; o lixão cresceu demais e o trator vai empurrando, vai empurrando, cresceu uma montanha de aproximadamente

cinco a seis metros de altura de lixo, e lá têm urubu, rato, e outros mil bichos que você possa imaginar.

Nichos ecológicos como manguezais e recifes de corais também têm sido afetados não só pelo extrativismo crescente e inconsciente, mas também pelo aumento de pessoas andando sobre os corais, pela construção de um canal artificial de uso particular em área de mangue (Figura 7), ou mesmo pela exploração de jazidas de gás natural próximas à costa, como constataam alguns entrevistados. Durante o período de sondagem do subsolo marinho, a algumas milhas da costa do arquipélago, impactos foram constatados na zona costeira, tais como a mortandade de peixes grandes de águas profundas (VASCONCELOS, 2003).

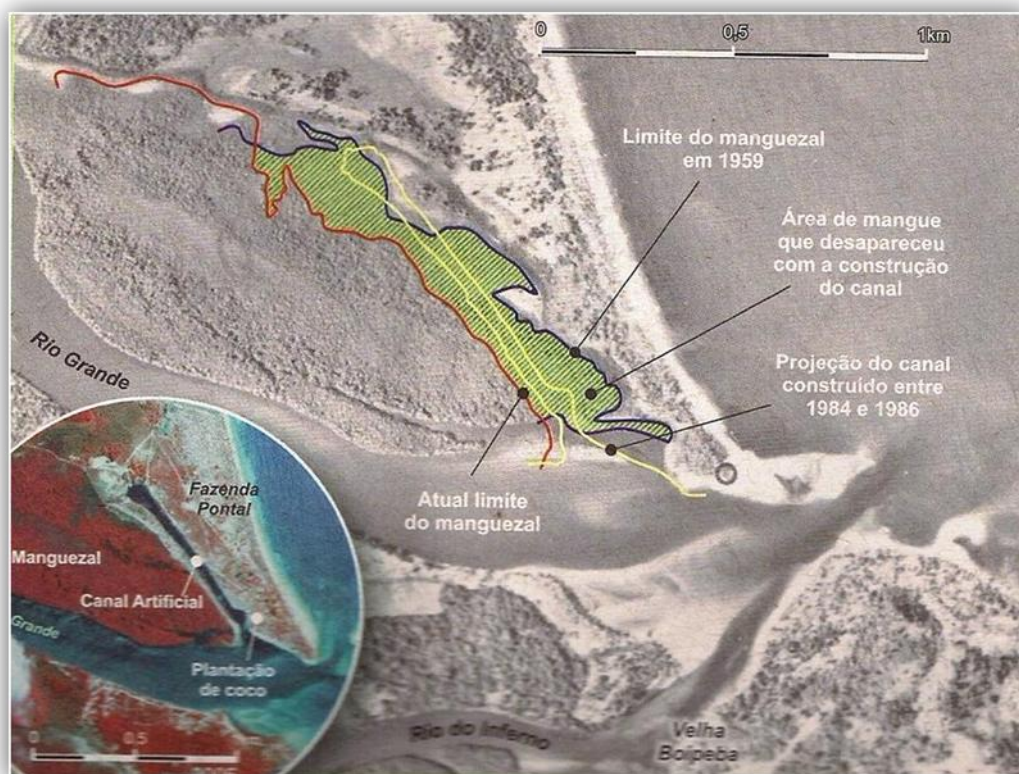


Figura 7: Desembocadura do Rio do Inferno entre as Ilhas de Tinharé e Boipeba. A construção de um canal artificial que dá acesso à Fazenda Pontal, na década de 1980, provocou desmatamento de área de mangue ao sul da ilha de Tinharé. A implantação desse projeto contrariou o Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965) que considera os manguezais florestas de preservação permanente.

Fonte: AMABO, 2008.

Há alguns séculos as comunidades no arquipélago de Tinharé são sustentadas por atividades extrativistas, em especial a pesca, mas com o aumento da demanda e da população acelerado pelo desenvolvimento do turismo, essa atividade tende a um colapso. Até os dias atuais, pouco se respeita o período de reprodução das espécies o que tem provocado, segundo entrevistado, além da menor quantidade de pescado encontrada, uma significativa diminuição no tamanho das espécies que restam. De acordo com um pescador entrevistado, espécies como o guaiamu (*Cardisoma guanhumi* Latreille),

e o caranguejo uçá (*Ucides cordatus cordatus*) ainda são muito exploradas no arquipélago em época de reprodução, por falta de consciência da população. Segundo ele, apenas o período de defeso do camarão é respeitado, não necessariamente em função da Instrução Normativa nº 14, de 14 de outubro de 2004, que proíbi o exercício da pesca do camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e camarão branco (*Litopenaeus schmitti*) com quaisquer artes de pesca, no período entre 1º de abril e 15 de maio na Bahia, mas principalmente pela política de seguro defeso (Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003), que estabelece uma renda mínima ao pescador no período.

Esse breve esboço dessa Área de Proteção Ambiental retrata fatos que não só acontecem nesta localidade, mas em grande número de unidades de conservação existentes em todo Brasil. Nessa perspectiva, considera Furlan (1997, p. 38) que, “apesar da maior parte das ilhas da costa brasileira ter sido declarada como áreas protegidas, os instrumentos legais não tem sido perfeitamente adequados para conservar esses ambientes”. Todas essas forças apontam para um grande dilema em que se desenrolam as ações do Estado, por um lado deve conservar o meio-ambiente, por outro gerar o suposto “desenvolvimento e progresso”.

Desse modo, afirma Moraes (2005, p. 57) que “o Estado diante da questão ambiental manifesta uma situação paradoxal: parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio-ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação”. Nessa perspectiva que tem se inserido a ideia de desenvolvimento sustentável, mas que não demonstra nenhuma capacidade ou intenção de frear ou impor limites ao atual modelo de desenvolvimento capitalista, como seria necessária para a efetivação da ideia de sustentabilidade.

Apesar da conservação das belezas naturais ser de interesse do turismo local, sua reprodução tem demonstrado um movimento oposto ao de conservação. Para um entrevistado em Morro de São Paulo, uma Área de Proteção Ambiental mal gerida como esta gera uma imagem negativa, não só pela degradação ambiental em si, mas também pelo fato de que, se um turista bem informado vier em busca de uma área preservada e se deparar com um processo de urbanização desenfreado como este, ele não desejará voltar e isso repercutirá de forma negativa sobre o lugar. Embora atualmente se fale que a conservação deve estar atrelada ao crescimento econômico, esta se torna uma possibilidade um tanto utópica dentro do padrão de desenvolvimento capitalista. Pois entre suas características está a apropriação da natureza, o acúmulo desenfreado, e um processo de urbanização crescente.

A expansão do sistema capitalista é sua própria sobrevivência, e para tal transforma em mercadoria toda a vida material, onde a própria sociedade subordina-se a um caminho caótico. Para Smith (1984), na incontrolada tendência para a universalidade, o capitalismo cria novas barreiras para seu próprio futuro, produzindo uma escassez de recursos necessários, empobrece a qualidade dos recursos ainda não consumidos. Ao poluir totalmente o ambiente de nossa própria reprodução, ameaça em muito a existência daqueles que, em seu trabalho diário, produzem o essencial da riqueza social.

Vale ressaltar que o capitalismo não é “um ser que anda com suas próprias pernas”, mas, sim, um sistema que possui padrões e lógicas estabelecidas pela sociedade (ou por grupos seletos) e que, ao mesmo tempo a direciona.

Todos esses impactos vistos, assim como o processo de intensificação da urbanização provocado pela atividade turística, reafirmam claramente algumas das contradições observadas, que não só são frutos de uma produção local, como também constituintes da lógica global do capital. Uma economia que, ao visar o lucro da forma mais voraz possível, extrai da natureza tudo que pode, inclusive os vestígios da paisagem natural, os quais haviam passados a ser valorizados pela sua escassez. Neste ponto verifica-se uma das maiores contradições do capital, o qual destrói no lugar aquilo que mantém sua acumulação, gerando sua própria crise que se amplia na medida em que degrada os recursos explorados. Assim vê-se que o fim da paisagem “natural” e a economia do imediato é a expressão máxima da mercantilização da natureza para a consumação turística.

4. Um novo espaço sem sair do lugar: a flexibilidade do capital

Diante da desvalorização da paisagem no espaço originalmente rural pela e para a consumação turística, como produto da urbanização e da degradação do meio natural, a única alternativa que resta ao capital é expandir, seja migrando para espaços ainda não consumados, ou se moldando para revalorizar o espaço já consumado através de diferentes atrativos. Esse processo se insere num maior, o qual observa Harvey (2006, p. 47) quando afirma que “tudo o que precisa acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação”.

Em lugares como Morro de São Paulo, as alterações socioambientais produzidas, por força da atividade turística, depõem contra o turismo no lugar, contribuindo para que alguns turistas não retornem ao mesmo. Porém outras características fazem com que o turismo ainda continue crescendo, seja por uma propaganda exaltada das belezas naturais, seja pela crescente vida noturna com badalação propiciada pela saturação de pessoas, ou pelo pouco policiamento que propicia a falsa liberação da ilegalidade. Nesse sentido, afirma um agente do juizado de menores em Morro de São Paulo entrevistado, “o crescimento maior do turismo hoje, principalmente na Ilha de Morro de São Paulo, voltado mais para o uso das drogas, que eles se sentem assim muito liberal, porque tá na praia e fica a vontade”.

Esse conjunto de motivações tem impulsionado o turismo não só em Morro de São Paulo, mas em espaços litorâneos em geral. Essa diversificação é responsável tanto por uma redução de fluxo quanto um aumento, pelo motivo de existirem entre elas características antagônicas. Como, por exemplo, um turista que viaja com sua família em busca de tranquilidade e natureza pode preferir um lugar que não seja dominado por festas e consumo de drogas e vice-versa. Razões como estas geram

alterações no perfil dos frequentadores, mas que, em sua grande massa, preferem que exista no lugar a possibilidade de satisfação de cada uma de suas “necessidades” de lazer, assim observa Oliveira (2001, p. 197) ao analisar o turismo no litoral Paulista:

Ainda que a motivação seja a do lazer próximo à natureza, ninguém vai ao litoral internar-se no meio da mata, absolutamente só. Estas pessoas vão em busca do encontro, da festa, da apropriação de um espaço que não é só praia, é todo um conjunto formado pela casa, praia, bar e natureza (na figura da Serra do Mar) que pode ser desfrutado sem os incômodos do tempo do trabalho e do tempo constrangido (que ficaram na metrópole). Sem saber, carregam consigo o tecido urbano metropolitano.

Analisando o transcorrer do crescimento turístico em Morro de São Paulo, vê-se que este não se tem dado de forma linear, passando por momentos de crise e reestruturação. A saturação de determinado atrativo é um dos motivos que podem gerar uma crise, o que leva à procura de um novo atrativo (neste caso no mesmo lugar) ou à recuperação do mesmo, se isso ainda for possível, o que irá gerar uma reestruturação na economia local. No entanto as reestruturações não solucionam as contradições produzidas no lugar, apenas diminuem a visibilidade destas para o turista. Com a ampliação das mesmas, uma reestruturação torna-se uma tarefa cada vez mais difícil e as crises tendem a ter maiores dimensões. Em trecho abaixo de entrevista com um morador, observa-se a delicada situação em que esta localidade se encontra, com sua economia altamente instável:

Uma coisa que nós sentimos aqui é que muitos que vão não voltam. Aqui existe uma divulgação muito boa, mas é boca a boca, é muito lindo, muito tudo, muito tudo, e muitos tão voltando, antigamente tinha uma época que não voltava porque era muito sujo, muito sujo mesmo, era agredido no caís, não tinha um certo tipo de transporte, de abordagens dos guias, nem dos carregadores de mala, e muitos se sentiam ofendidos e foram embora. Mas hoje em dia tão retornando sim, e cada ano que passa cresce mais, eu sinto pelas minhas quantidades de mapas que eu faço que todo ano aumenta um pouquinho, e aumenta as lojas aqui, o crescimento do local, é visível a vinda dos turistas pra cá, agora não tem atrativo, Morro de São Paulo não tem nenhum atrativo, a não ser as festas da segunda praia que viraram um bordel, e as belezas naturais que tão se acabando se não correr atrás e, não fizer o negocio breçar.

Deste modo, vê-se que a sobrevivência da reprodução do capital no lugar turístico se dá pelo seu poder de atração, seja este ilusório (produzido pela moda ou por uma falsa propaganda) ou real. Logo, para manter e ampliar a taxa de lucro, é de interesse do capital atrair qualquer segmento social, proporcionando a este a satisfação desejada, mesmo que ações imediatas gerem maiores contradições e crises a longo prazo. Com os novos atrativos produzidos, por necessidade de expansão e para suprir a degradação de seu atrativo número um, a natureza, há uma diversificação de frequentadores de múltiplos interesses e de desigual poder aquisitivo. Como visto em relatos de entrevista anterior, o turismo de elite é também o primeiro a deixar de frequentar o lugar quando saturado e reproduzido a imagem e semelhança do padrão desenvolvimento urbano.

No entanto, por incrível que pareça, mesmo com sua contínua saturação, e de todos os males e contradições que acompanham o turismo em Morro de São Paulo, apesar de momentos de instabilidade e crise, ainda cresce (segundo entrevistas e observações). Para Knafou (1996, p. 68), “são os lugares turísticos mais densamente frequentados os que mais atraem”. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo com produtos industriais, que quanto mais são consumidos mais atraem consumidores, são os ditames da moda que geram a ideia de qualidade do produto, de satisfação e aceitação social. Ainda segundo Knafou (1996, p. 68), “o grande número é ao mesmo tempo responsável por evidências incômodas que muitos deploram e da animação que muitos buscam”. O que demonstra que, apesar da continuidade do crescimento da atividade turística, em polo oposto, a atração necessária está à contradição produzida.

Neste consumo do espaço, a moda desempenha papel de destaque, pois é um dos principais instrumentos para fomentação do consumismo, evidente também que para a manutenção e expansão do capital. As modas influenciam as “ondas” do desenvolvimento, que podem ser comparadas de modo simbólico a ondas marinhas, as quais crescem até a crista (porção mais elevada da onda) e decrescem até a cava (depressão entre duas cristas também chamada de calha ou vale), para só então crescerem novamente, formando uma nova onda (Figura 8).



Figura 8: Características gerais de ondas marinhas. Comparação simbólica às “ondas” do desenvolvimento no turismo.

Nesta análise comparativa, a primeira crista simboliza o crescimento do turismo no lugar, a cava simboliza a crise da atividade no lugar, e a formação de uma nova onda se constitui ou pela reestruturação do turismo no próprio lugar, através de novos atrativos, mais investimentos e organização da atividade ou pela migração dos investimentos para outros lugares com maior potencial de atratividade. A nova onda se submeterá ao mesmo processo cíclico de propagação, decrescendo e crescendo, formando novas ondas sucessivamente. Este movimento não se limita ao desenvolvimento do turismo, pois abrange todo o processo de reprodução do capital como analisa Harvey (2006, p. 54) em:

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. Em conseqüência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la geralmente durante uma crise, em um

momento subsequente. As crises temporais do investimento de capital fixo, muitas vezes expressas como “ondas longas” do desenvolvimento econômico, são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-lo às necessidades da acumulação adicional.

Diferente da ilimitada sucessão das ondas marinhas possibilitadas por um equilíbrio natural, as “ondas” do desenvolvimento, fluxos de um sistema social desequilibrado tendem a produzir seu próprio colapso. Na medida em que as crises cíclicas não purgam o sistema de suas contradições e a taxa decrescente de lucro não é atenuada, o desenvolvimento desigual do capitalismo torna-se mais intenso, na intensificação desse processo o mundo se iguala em suas contradições generalizadas (SMITH, 1984). O produto de consumo turístico analisado, valorizado por sua escassez, torna-se cada vez mais inexistente, pois se reduzem os espaços de fuga das contradições, fuga do urbano, fuga da violência, fuga dos conflitos gerados pela desigualdade, já que esta expansão aporta a todos os lugares aquilo que a sociedade nega em pensamentos, mas afirma em atitudes. Como exemplo disso, vê-se uma necessidade de uma análise mais profunda sobre uma “onda” que se propaga no lugar turístico, a partir deste relato de um morador de Boipeba:

E tem que cortar esse mundo das drogas aqui, porque já tem... Boipeba ta virando um paraíso sexual, é os gays que querem mexer com menores entendeu, é uma coisa escondida, todo mundo sabe, mas a falta de um policiamento forte aqui, as coisas ta crescendo, o típico turista é raro ta chegando, por isso muitos casais não frequentam mais.

Nesta entrevista, este empreendedor deseja por fim a alguns problemas que observa, segundo ele, resultante da falta de policiamento. Questões como essas só recentemente passaram a existir no lugar e têm produzido um refluxo do público almejado. No entanto vale ressaltar que os mesmos foram atraídos por um processo de crescimento, pautado num padrão de desenvolvimento urbano e desigual, que atrai tudo aquilo que a sociedade recrimina, principalmente quando isso acontece numa ilha com condições de isolamento e pouca segurança pública.

Contraditoriamente essa atração se constitui num interesse do lucro imediato, e é produzida pelo próprio capital investido que, para obtenção do lucro, não se questiona a origem do dinheiro, muito menos das práticas lícitas ou ilícitas de cada um. Não é o empreendedor que irá sofrer os maiores danos dessas múltiplas investidas do capital, mas sim a comunidade nativa ao serem descaracterizados culturalmente, perdendo em princípio a simplicidade e tranquilidade de seus costumes tradicionais. Na maioria desses casos, as filhas e filhos, tanto da comunidade nativa quanto dos moradores de baixo poder aquisitivo que vieram se aventurar no mercado de trabalho, são os principais atingidos tanto pelo vício das drogas, quanto pelos abusos sexuais.

Os novos espaços explorados no mesmo lugar são a alternativa que o capital encontra para manter a taxa de lucro e o crescimento da atividade turística, preservando o valor investido na construção do espaço. Sua flexibilidade aponta seu caráter mais expansivo que, neste percurso, exaure

tudo que pode ser apropriado, explorado, mercantilizado: a paisagem, o lugar, o espaço, a natureza, o homem. Como afirma Moraes (2005, p. 149):

[...] a essência do capitalismo tem em termos espaciais a exaustão como meta, isto é, busca submeter todos os lugares a sua lógica, destruindo ou incorporando (sempre modificando) os gêneros de vida que pré-existem à sua entrada numa dada localidade. Em termos espaciais, portanto, o capitalismo é – por natureza – exaustivo e universalizador.

Quando exaurido, o lugar entra em crise, por vezes irreversível, havendo uma grande fuga de capital para outros lugares, e passa a sobreviver às margens de uma economia falida. Como exemplo dessa afirmação, no litoral baiano, pode-se observar a Ilha de Itaparica, outrora importante reduto turístico, hoje busca se manter a partir de um turismo doméstico de baixo fluxo e de pouco poder aquisitivo. A vida urbana que passou a predominar no lugar carregou consigo uma “cava” de problemas sociais e ambientais, tendência esta que apavora alguns moradores de Morro de São Paulo mais atentos, como se pode observar neste trecho de uma entrevista:

Então nós temos o exemplo aqui do lado que é Itaparica e, na década de 70, até no começo de 80 era um alto pico de investimento de turismo de sonhos, de paraíso, aquela coisa da fantasia do turismo. E hoje você vai para Itaparica... existe muito essa analogia sabe, essa comparação desse destino que tem aqui do lado da gente e, muita gente compara o Morro com uma futura Itaparica, uma coisa que a gente não quer, mas é um mal que parece que ta cada vez mais real.

Enquanto isso não acontece, o turismo ainda tende a crescer no arquipélago estudado. Um aporte cada vez maior de turista espera-se que chegue, principalmente com os investimentos no setor de transporte, como um novo Catamarã com capacidade para 250 pessoas. Não só o meio ambiente aponta sinais cada vez maiores de saturação, pelo aumento do lixo, esgoto, construções desenfreadas de novas moradias e novos empreendimentos turísticos e muitos outros, como a própria infraestrutura insular tem apresentado, na alta temporada, problemas como falta de energia e água.

O caráter insular do município de Cairu, durante séculos, contribuiu para sua conservação, devido à dificuldade de acesso e falta de transporte. No turismo, essa característica, ao mesmo tempo em que restringe o desenvolvimento, atrai mais e mais por sua peculiaridade. À medida que o acesso é cada vez mais facilitado pelos investimentos em transporte, rompem-se os limites e as peculiaridades da insularidade. Aproxima-se a vida urbana, a contradição e a crise. Segundo empreendedor entrevistado, “o ciclo de vida do Morro tá passando do ciclo de vida da evolução, do começo do ciclo, que estoura, que aumenta, que cresce, tá indo da estabilidade, para um decréscimo”.

Nesse contexto, Rodrigues (1997) também observa que os espaços turísticos evoluem pelo processo de “ondas” de ocupação ditadas pela moda que produzem o consumo do espaço, levando-o a sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que os engendram. Vale destacar a degradação não só do meio ambiente, mas, sobretudo, da comunidade nativa original, conforme nos mostra Thévenin (2011), que desaparece diante da igualização dos espaços socialmente desiguais e

contraditórios. Mas todo esse processo é e será imposto como uma necessidade enquanto a sociedade estiver regida pela busca desenfreada de acumulação de capital.

5. A guerra dos lugares: da realidade a propaganda

Assim como as diversas marcas de um mesmo produto concorrem no mercado por sua aceitação, para que sejam mais consumidas, de modo que gere aos donos dos meios de sua produção uma maior acumulação de capital, os lugares turísticos concorrem para serem visitados e consumidos. Tal concorrência produz uma transição de fluxos da atividade turística de um lugar para o outro, podendo estes se manifestar em “ondas longas” ou “curtas” do desenvolvimento.

Chama-se aqui de “ondas longas” quando esta transição de fluxos se dá após a exaustão de um lugar e passa para outro ainda não exaurido, deixando o anterior em situação decadente. O termo “ondas longas”, desde a década de 1920, foi disseminado por Nicolai Kondratieff, economista marxista Russo fundador da Teoria do Investimento de Capital. Para ele as Longas Ondas ou Longos Ciclos eram caracterizados por uma fase de expansão viabilizada por elevados investimentos em bens de capital, uma fase de estagnação da economia seguida por uma fase de depressão. Os ciclos representavam, para ele, épocas do desenvolvimento do capitalismo intimamente relacionadas ao processo de efetivação tecnológica (TOLMASQUIM, 1991).

Neste estudo, apesar da sucessão das fases do desenvolvimento econômico ter semelhança com os da teoria de Kondratieff, no mesmo elas não consistirão em períodos do desenvolvimento da economia-mundo diretamente ligados a investimentos técnicos e seu consequente sucateamento. Aqui o termo “ondas longas” é usado para denominar um processo do desenvolvimento econômico do turismo no lugar, o qual se encontra diretamente ligado à produção de seu espaço num movimento que contempla momentos de ascensão, estagnação e crise, gerada por sua exploração e saturação.

Já as “ondas curtas” foram consideradas, aquelas produzidas pela concorrência diária, manipulada pela propaganda, pela moda com base nos atrativos locais, fluxos que vão e voltam como “marés” gerando, ao lugar que levou desvantagem na competição, breves períodos de crise. Essas mudanças rápidas do fluxo turístico são expressas a cada momento, sendo que outros diversos fatores também podem influenciá-las como: as variações na taxa de câmbio como afirma empreendedor entrevistado “que pra turismo internacional como é o caso do Morro de São Paulo nós temos o fator econômico, a taxa de câmbio, quanto mais forte o real, menos turismo nós temos”. Para ele estes períodos são caracterizados pela evasão de turistas para outros destinos como Argentina, Oriente Médio ou mesmo Austrália; a sazonalidade, que gera variações no tempo de permanência, como por exemplo, o verão do ano de 2008 que pelo fato do carnaval ter iniciado no final de janeiro e terminado início de fevereiro encurtou o período de alta estação, reduzindo o fluxo turístico; crises em outros setores, como a crise aérea que, por sua forte relação com a atividade, também a influenciou.

As causas das variações do fluxo turístico (muitas vezes gerando crise e reestruturações) são as mais diversas. No entanto serão revistos algumas características de um processo que chega aos lugares e que os reproduz a sua imagem e semelhança, inclusive produzindo as “ondas” já citadas. Ao analisar o litoral baiano, identifica-se uma infinidade de locais turísticos, de semelhante oferta, alguns com mais tempo na atividade e outros com menos, que passam a entrar no circuito da moda turística. Entre os lugares mais consumados pelo turismo como Morro de São Paulo e Itacaré, apesar de ainda estarem entre os mais visitados, estes passaram a ser substituídos por lugares recém descobertos por uma “nova onda” produzida por modismo como Barra Grande ou mesmo Boipeba.

Características como a presença de uma vida nativa, a tranquilidade do ambiente, o tipo de vida noturna, a natureza mais presente devido ao menor grau de urbanização são fatores que também influem nessas mudanças de fluxos. No entanto a cada novo fluxo o espaço é reproduzido, a propaganda é restabelecida não só por força do *marketing*, mas também pelas experiências vividas, que irão divulgar o nível de qualidade do lugar para a procura turística do momento, alterando fluxos e gerando novas ondas. Como afirma um pequeno empreendedor de Boipeba:

[...] todos os lugares tem que ser na moda, Boipeba tinha essa, se você gosta de uma coisa tinha um baseado, um samba, então a galera sempre vem pra cá, BH, a galera de Brasília. Agora já há uns cinco anos a galera que sempre frequentava Boipeba, BH, Brasília e São Paulo estão indo pra Algodões e pra Barra Grande e Itacaré de novo, porque aqui a vida noturna tá morta, tem alguns bares, mas por causa dos decretos no verão não tem mais música ao vivo então a galera vai pra onde? Vai pra outro lugar.

O que demonstra que parte da concorrência diária no turismo se estabelece durante a experimentação do produto, os consumidores que se satisfazem voltam a consumir e divulgam que o produto é de qualidade, os insatisfeitos não voltam, divulgando sua insatisfação. Assim, ganha a concorrência o lugar que mais satisfaz aos anseios, desejos e motivações apropriados e produzidos ideologicamente, de acordo com a moda. Para Furtado (2005), a concorrência faz com que a possibilidade de “descarte” dos lugares pelo capital seja mais intensa e, por isso, esses espaços cada vez mais acirram a competitividade e “lutam” pela sua permanência no circuito turístico.

No geral, o crescimento dos fluxos turísticos tem fortes relações com o volume investido na forma do capital e as crises com as contradições produzidas pelo mesmo. As crises geradas pela concorrência nas chamadas “ondas curtas” são sentidas na economia pela diminuição de oferta de trabalho, falência de pequenas empresas, insuficiência de lucro. São caracterizadas por serem temporárias, mas ampliam contradições que se acumulam a cada nova crise. Nessa lógica de caráter temporário, também são as reestruturações que se propagam como ondas, gerando um vaivém de capital, entre um lugar e outro. Como parte desse processo, essas se ampliam até gerar as “ondas longas” do desenvolvimento da atividade turística.

Para Smith (1984) o capital continuamente é retirado do ambiente construído e reinvestido em lugares onde possa gerar maiores taxas de lucro. O que provoca nos lugares uma “guerra” em prol da

concorrência e atração desse capital. E nessa batalha, para permanecerem atrativos, afirma Santos (1996, p. 214), “os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã”.

Como parte da estratégia de mercado de cada economia local, na maioria das vezes, divulga-se uma propaganda ilusória do lugar. Na forma de “paraíso tropical”, as praias, a natureza, as mulheres lindas e seminuas continuam prevalecendo no Brasil como expressão máxima da atração e da propaganda para a migração, desde a época de Pedro Álvares Cabral, como visto na carta de Caminhas ao Rei de Portugal. Mas é só neste século que lugares do litoral brasileiro vêm sendo disseminados enquanto espaços idealizados de lazer. Essa imagem do paraíso é reforçada no arquipélago pelo seu caráter insular, como afirma Diegues (1997, p. 15):

A visão paradisíaca é reforçada pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo e do único. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como o espaço de liberdade, de prazer e de aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido.

À medida que se ampliam os meios de comunicação e o acesso aos mesmos, massifica-se a propaganda dos lugares turísticos. O meio técnico-científico-informacional, como classifica Milton Santos, é apropriado enquanto “armas carregadas de munição” nessa voraz “guerra dos lugares”. Tudo é feito em função de atrair um contingente cada vez maior de turistas para cada lugar. Para Silveira (2000, p.37), “o lugar turístico torna-se um produto da ciência e da tecnologia, com um conteúdo informacional e ideológico, que é capitalisticamente comercializado”. O Estado enquanto órgão facilitador do desenvolvimento econômico capitalista é um instrumento de peso no fomento desta publicidade, assim os investidores de cada localidade concorrem por uma maior atenção do mesmo na busca desenfreada da obtenção do lucro. Este fato pode ser observado no trecho da entrevista com um morador de Morro de São Paulo, onde o mesmo destaca que a Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa (empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo) tem favorecido em divulgação e promoção turística pólos turísticos do litoral baiano (Porto Seguro, Arraial D’ajuda, Praia do Forte) de maior força e articulação empresarial.

Semelhante ao processo de monopólio comercial apontado por Thévenin e Locatel (2013), em Morro de São Paulo, onde os pequenos empreendimentos tendem à falência e o grande a prevalecer, o trecho citado aponta para o monopólio dos lugares regidos pela força do capital investido. Na concorrência dos lugares, vale tudo, inclusive a produção de um espaço artificial que possa proporcionar o falso encontro com a imagem criada e desejada. Esse mundo fictício não é produto apenas da propaganda, mas é produzido no próprio lugar, onde tudo se modifica em função da atração, do consumo, da satisfação e, principalmente, do lucro. Nesse sentido, também constata Carlos (2002, p. 26), “a indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e

mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário de ‘espetáculo’ para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades”.

Por mais que se tente ocultar os problemas socioambientais produzidos, no desvendamento pelo turista é comum o lugar apontar contradições que entram em choque com a imagem criada pela propaganda, como foi visto em Morro de São Paulo, as praias com esgoto, com excesso de construções dentro da Zona de Orla Marítima, formação de favelas, entre outros. São esses tipos de mazelas do desenvolvimento urbano capitalista que irão gerar o descontentamento do público turístico, que foi preparado para se encontrar com um paraíso longe das contradições típicas de sua cidade. À medida que estas contradições se ampliam as crises se tornam cada vez mais estruturais, e as reestruturações cada vez mais difíceis, gerando um processo que se chama aqui de “ondas longas”. Parte desse processo foi apreendida por Rodrigues (1997, p. 50), quando ressalta que:

[...] os núcleos produzidos, em princípio, baseados em certos parâmetros assentados sobre modismos e veiculados pela mídia, ao longo do processo vão sendo abandonados e substituídos por outros, à medida que cambiam os valores ou que os espaços se tornam saturados pela ocupação desenfreada. As camadas sociais privilegiadas procedem a ocupação e, como verdadeiras frentes pioneiras, vão deslocando-se em busca de novos espaços. Os núcleos anteriores, considerados degradados, perdem o valor de mercado e são ocupados por elementos das camadas sociais menos favorecidas ou por população fixa.

Esse movimento, observado especialmente no litoral, tem acelerado a urbanização de espaços originalmente rurais, de modo que tem conduzido à desvalorização do espaço, resultando numa fuga de capital. Visto que a escassez gera valorização para o capital, e atrai investimentos, em contrapartida para Smith (1984, p.184) “a super acumulação resulta numa desvalorização maciça de capital”. Esta vulnerabilidade do capital fixo representa uma absoluta destruição do valor. Todo esse processo é mais uma evidência da comparação feita por Smith (1984), em que o capital é como uma praga de gafanhotos, eles se estabelecem em um lugar, devoram-no e então se deslocam para praguejar outro lugar. Nessa perspectiva, ao analisar o fenômeno turístico, afirma Luchiari (1998, p. 20) “os lugares atrativos vão sendo descobertos pelas elites, saturados pelo turismo de massa e substituídos por novos lugares”.

Segundo Luchiari (1998), vista essa “morte anunciada” dos lugares turísticos por vários autores nacionais e internacionais, grande parte das políticas e diretrizes para o setor, e a própria OMT recorrem à ideia de um limite de crescimento da atividade, utilizando-se para isto conceitos de impacto, de capacidade de carga e de sustentabilidade. O que gerou a ideia de um turismo sustentável, proposta a qual, teoricamente, preocupa-se com a conservação do meio ambiente, regulando e limitando o turismo de massa e ou alternativo. Que tem como princípio o conceito já altamente disseminado de desenvolvimento sustentável, um instrumento político que, para Luchiari (1998, p. 22), “funciona como uma panaceia que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária”.

Para Rodrigues (2000), à medida que os lugares passam a ser conhecidos e entram no “sonho”, motivando desejos, já se inicia o desenvolvimento insustentável neste, pois são rompidas as formas de manutenção do equilíbrio anterior, que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas. Dessa forma, numa economia em que os limites geram crises, e que o capital só sobrevive por meio de sua expansão, onde o pensamento individualista reina sobre o coletivo, a ideia de desenvolvimento sustentável não passa de uma disseminação de esperança para apaziguar os ânimos sociais. Essa fabulosa sugestão de equilíbrio entre sociedade e natureza, tem sido, nos dias atuais, o principal instrumento de alienação para a manutenção da conformação social com o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, sugere Conceição (2004, p. 89) que:

O alicerce da sustentabilidade do desenvolvimento deve ser cristalizado na capacidade e na universalidade da apropriação dos recursos naturais e do trabalho. É a necessidade que deve regular a sustentabilidade do desenvolvimento. Admitir o desenvolvimento a partir do que define o mercado é afirmar a condição determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.

No turismo voltado para a contemplação da natureza, é comum produzir-se um ideal de turismo ecológico enquanto forma de desenvolvimento sustentável. Paralelamente, divulga-se sobre determinado lugar a prática de turismo ecologicamente correto, prática que em lugares como no caso analisado tem sido ilusória, e que funcionalmente tem gerado uma falsa propaganda do lugar, atraindo mais gente. Isso não só atrai turistas, como, também, mais investidores. Segundo um empreendedor de Morro de São Paulo, recentemente tem ocorrido um grande deslocamento de capital para Boipeba, por ser uma área ainda bastante preservada, uma área que ainda está no início do desenvolvimento da atividade turística. Promove-se, assim, uma nova “onda” do desenvolvimento que deverá reproduzir este lugar sobre o mesmo processo anteriormente analisado.

Esse vaivém do capital produz uma igualização dos lugares, associada às demandas do mercado que busca captar o imaginário coletivo que, de certa forma, é constituído pela moda através da mídia, da mesma forma que produz a diferenciação nos mesmos, intensificando os contrastes sociais. Para Smith, (1984, p. 170) “em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual”.

6. Considerações Finais

O turismo é colocado nos planos governamentais brasileiros, enquanto alternativa econômica que irá gerar desenvolvimento e “progresso” para o povo nordestino, o qual se encontra estereotipado como a população carente do Brasil. Numa análise mais ampla, vê-se que a atividade enquanto etapa do desenvolvimento capitalista seleciona novos lugares onde as taxas de lucro possam ser mais altas, expandindo o processo de acumulação de capital. Não é uma ação de cunho social que faz esse capital

ser investido nessas porções do espaço, como induz a pensar os meios de comunicação. Ao longo dos anos, a pouca visibilidade desse espaço para o capital se expressa na forma de uma reduzida exploração e da famigerada pobreza produzida que, contraditoriamente, geram condições ideais para a expansão capitalista recente, onde se destacam o baixo custo da força de trabalho e recursos naturais ainda não suficientemente explorados.

No transcorrer deste estudo, foi visto que, ao se instalar num espaço originalmente rural do litoral, o capital, através da atividade turística, acelerou toda a dinâmica de reprodução espacial no lugar. A revalorização desse espaço produzida por uma mercantilização desenfreada tem reproduzido sob os moldes da sociedade urbano-industrial cidades totalmente dependentes da economia do turismo e, com elas, todas as mazelas e contradições, as mesmas que contribuíram para induzir a fuga do urbano e o retorno à natureza, e, no decorrer do processo, depõe contra o próprio capital fixo investido.

Depois de consumida a paisagem “natural”, e com o espaço reproduzido pelo turismo uma nova paisagem rapidamente passa a se configurar. Uma paisagem que retrata a realidade urbana em que muitos de nós vivemos, e que não mais servirá de fuga da mesma. Mesmo assim, em sua luta constante pela sobrevivência, é visto que o capital continua a se expandir, seja renovando a atratividade do lugar, seja migrando para outros lugares. Na expansão e exploração contínua pelo capital, a exaustão dos recursos do lugar se torna um fardo eminente, que aproxima consigo uma crise estrutural, pois a cada crise e reestruturações passadas o local não se livra das contradições, que se acumulam e depõe contra sua atratividade, ou seja, contra a economia a qual toda a sociedade local encontra-se dependente.

As “ondas” do desenvolvimento capitalista, analisadas com base no turismo são mais uma prova do caráter “autofágico” do sistema. Assim, a sociedade, enquanto sistema, tem-se autodestruído e somente à medida que toma consciência disso é que pode transformar o seu próprio rumo.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOIPEBA. **Revista Boipeba onde vivo! Meio ambiente, história e cultura da Ilha de Boipeba.** Cairu: Centro Ambiental M'Boi Pewa, 2008, 20 p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu – Bahia (Cairu 2030).** Cairu: BID, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 2002. p. 25-37.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Revista EISFORIA.** Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 79-91, 2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba**. Salvador: CONDER, v. 1, 1998, 207 p.

DEPREST, Florence. **Enquête sur le tourisme de masse: L' ecologie face au territoire**. Paris: Berlin, 1997, 207 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997. p. 3-36.

FURLAN, Sueli Ângelo. As ilhas do litoral Paulista: turismo e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997. p. 37-66.

FURTADO, Edna Maria. **A onda do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal**. 2005, 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 461 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004, 182 p.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006, 251 p.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: FUNECE, 1998. v. 2, p 15-29.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005, 161 p.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Produzindo o espaço do ócio. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de Lima. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 190-198.

PITA, Cristina Santos. Ocupação desordenada ameaça natureza em Morro de São Paulo. **Jornal A Tarde On line**. Salvador, 18, Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1053928>>. Acesso: 25 out. 2013.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997, 158 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o Turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo, Espaço, Paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-62.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 171-188.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec. 1988, 28 p.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo, Modernidade e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 36-45.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1984, 250 p.

THÉVENIN, Julien Marius Reis. Cairu: de rural tradicional à destino turístico. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Belém: UFPA, 2011, eixo VI, 20 p.

THÉVENIN, Julien Marius Reis; LOCATEL, Celso Donizete. Das cidades industriais às cidades turísticas, tempos diferentes espaços semelhantes: uma leitura da produção do espaço em Morro de São Paulo (Bahia/Brasil). AZEVEDO, F. F. de; FIGUEIREDO, S.J.L.; NOBREGA, W.R.M.; MARANHÃO, C.H.S. (Orgs.). **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2014. v. 2, 352p. No prelo.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4 (44), p. 27-38, 1991.

VASCONCELOS, Levi. Mortandade de peixes assusta o baixo sul. **Jornal A Tarde On Line**. Salvador, 23, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=618252>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

VIRGENS, Daniela Araujo. **Turismo e transformações socioespaciais: o caso do município de Cairu-Bahia**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.